



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CMEI'S DA REDE MUNICIPAL DE CASCAVEL

Gabrielli Monteiro de Oliveira
Vania Rocha Carbone
Dirleia Aparecida Sbardelotto Castelli

RESUMO

O município de Cascavel, por estar regido por leis de Inclusão, tem inserido crianças com necessidades especiais (NE) nos Centros Municipais de Educação Infantil. Nesse sentido, questionam-se as políticas públicas com relação à inclusão de crianças com necessidades especiais nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI'S) do município de Cascavel que estão em ação. Percebe-se, ainda, a necessidade de constatar a Inclusão nas práticas diárias, como também o conjunto de população de crianças e de professores envolvidos nessa problemática atual, dando relevância a toda a questão pedagógica. O presente estudo objetiva analisar como tem se dado a inclusão de alunos com Deficiência nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI'S). A pesquisa de campo tem caráter descritivo e se dá por meio da análise dos dados coletados. Por fim, depreende-se do estudo que parte dos pais das crianças que estão sendo assistidas dentro de uma instituição de ensino está satisfeita. Há, contudo, na visão dos profissionais, prioritariamente, muito para ser conquistado, principalmente por ser essa uma faixa etária atendida em o número de crianças matriculadas por meio da ação legislativa da Inclusão ainda é muito singelo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Necessidades Especiais. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido amplamente discutida no cenário brasileiro nas últimas duas décadas. Importantes medidas foram tomadas de modo a promover a inclusão social nas instituições educacionais do país. Nesse sentido, busca-se perceber em que medida se dá essa ação nos Centros Municipais de Educação Infantil da cidade de Cascavel - PR, além da extensão de sua eficácia. A pesquisa justifica-se, portanto, ao verificar a necessidade de uma análise do processo de inclusão nesse contexto escolar (0 a 3 anos), para que se possa, posteriormente, colaborar satisfatoriamente com os trabalhos que visem à inclusão social.

Sabe-se que o município de Cascavel, por estar pautado em leis de Inclusão, vem inserindo crianças com necessidades especiais (NE) nos Centros de Educação Infantil. Desse modo, é importante questionar: quais são as políticas públicas com relação à inclusão de crianças com necessidades especiais nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI'S) do município de Cascavel que estão em ação?

Observa-se que a educação inclusiva passou a ser discutida em meados dos anos 90 recebendo maior atenção recentemente com a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD), uma vez que por anos as pessoas com deficiência não tinham reconhecimento social, sendo vistas como incapazes. Um longo caminho foi percorrido até essas pessoas serem aceitas na sociedade, no entanto, não é possível ignorar os casos de preconceito e exclusão recorrentes ainda nos dias atuais.

No contexto educacional, de acordo com Zich e Ejiie (2009), alunos que apresentavam alguma deficiência eram direcionados às classes especiais sob a afirmação de que estavam participando da rede regular de ensino visando, assim, por meio dessa premissa, combater qualquer preconceito que por ventura fosse manifestado. Contudo, tal medida não se realizava em sua totalidade, desrespeitando os direitos sociais garantidos desses indivíduos.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 garante o ensino na rede regular para alunos com necessidades especiais:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (LDB, 1996, p. 22).

E ainda, complementa que:

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (LDB, 1996, p. 19).

Desta forma, entende-se que por meio das políticas públicas, tanto federais, estaduais ou municipais, alunos com o devido perfil para a educação especial passaram a frequentar a

rede regular de ensino, tendo acesso aos conteúdos básicos, bem como seus direitos sociais respeitados, uma vez que a legislação brasileira proporciona atendimento para os alunos com NE nas classes comuns em todas as modalidades de ensino. Uma das políticas que asseguram tais direitos às crianças com necessidades especiais é a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, atualizada em 2010, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em que afirma:

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1990, p. 8 e 9).

É fundamental, nesse momento da pesquisa, compreender a diferença entre Educação Inclusiva e Educação Especial. Em linhas gerais, Educação Especial é uma área de desenvolvimento das potencialidades das pessoas com algum tipo de deficiência. Educação Inclusiva, por outro lado, é um movimento mundial pautado nos direitos humanos e de cidadania que permite promover oportunidade e igualdade a todos ao invés de encarar o portador de necessidades com uma pessoa vulnerável e à margem da sociedade (BIAGGIO, 2007, p. 19 - 26).

Consta no Currículo Municipal de Cascavel a defesa da educabilidade para crianças com deficiência, pois essa escolarização contribui de maneira significativa para o desenvolvimento desse aluno. É possível perceber que o Currículo foi escrito em um momento de transição das diretrizes nacionais que buscava políticas públicas para atender a Educação Especial, com ênfase na Educação Inclusiva (CURRICULO, 2008 p.66). Assim, currículo busca evidenciar que o processo educacional torna os homens seres do gênero humano, sendo produtos e produtores de uma organização social, em um determinado momento histórico (CURRICULO, 2008 p. 69).

Voltando algumas décadas, é possível lembrar a luta das Pessoas com Deficiência (PcD) para terem seus direitos reconhecidos junto às políticas públicas e no contexto educacional e sendo incansavelmente desenvolvida no decorrer dos anos. O que há, atualmente, é um novo paradigma que prevê a necessidade de uma reorganização do sistema educacional, uma vez que a Educação Básica deve ter juntamente com o acesso, a permanência no ambiente escolar, com qualidade garantida a todos, sem qualquer distinção (CURRICULO, 2008 p. 69).

É por meio das questões supracitadas que chega aos ambientes comuns de aprendizagem a possibilidade de superação da exclusão social. Somente com uma medida educativa de caráter inclusivo atuando desde a Educação Infantil é que o sujeito aprenderá desde cedo a não discriminar o que lhe parece diferente, contribuindo, assim, para que haja maior inserção de pessoas com necessidades especiais em todos os contextos sociais, especialmente, no mercado de trabalho.

O professor, indubitavelmente, é peça fundamental para a implementação da Educação Inclusiva e de seu resultado efetivo. Isso é um grande desafio para o corpo docente, pois a inclusão requer uma desenvoltura dos conteúdos, um trabalho com a diversidade, e uma adaptação do ensino a fim de que cada aluno alcance e progrida no que foi proposto como objetivo, mas, por meio de estudos e de formação continuada, ele encontrará conteúdos que favoreçam suas práticas pedagógicas.

Segundo a Deliberação 2003, em seu Art. 13º no item IV - Professor de apoio permanente em sala de aula, Neto e Moura (apud deliberação, 2003, p.20) afirmam que:

Professor de apoio permanente em sala de aula: professor habilitado ou especializado em educação especial que presta atendimento educacional ao aluno que necessite de apoios intensos e contínuos, no contexto de ensino regular, auxiliando o professor regente e a equipe técnico pedagógica da escola. Com este profissional pressupõe-se um atendimento mais individualizado, subsidiado com recursos técnicos, tecnológicos e/ou materiais, além de códigos e linguagens mais adequadas às diferentes situações de aprendizagem (DELIBERAÇÃO, 2003, p.20).

Atualmente foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LDB Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a inclusão social e cidadania, de modo que todos tenham os mesmos direitos na educação, independentemente das deficiências apresentadas, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial. O capítulo IV trata do direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (LDB, 2015, p. 7).

De acordo com Vygotsky (1989), é possível entender que as limitadas oportunidades de interação da PcD em seu contexto social interferem no desenvolvimento das funções

mentais superiores. A exclusão desse sujeito do meio social lhe traz complicações secundárias no que tange um desenvolvimento social insuficiente, com considerável prejuízo na aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento. Por isso, a escola, considerada um espaço interativo, tem um importante papel no desenvolvimento de seu aluno, oportunizando a interação social, impulsionando a aprendizagem, criando zonas de desenvolvimento proximal, propiciando compensações às deficiências (VYGOTSKY *apud* SOUZA, p.6 SD).

Não podemos deixar de ressaltar que a família é parte fundamental nesse processo, é ela a principal promotora da socialização da criança com o meio que a cerca. Ao professor cabe o ato de ensinar e extrapolar o conhecimento teórico no sentido de fazer com que a criança viva a experiência. O profissional deve desenvolver o seu papel com amor, respeitando as diferenças de cada aluno e percebendo as necessidades dos mesmos. Cabe ainda, dentro das práticas diárias do professor, buscar sempre inovações com atividades diversificadas, nunca comparar os alunos, pois cada um traz seus pontos positivos no processo ensino aprendizagem, e sempre incentivá-los com elogios, uma vez que o trabalho deve ser feito sem cobranças e com respeito às limitações (SOUZA et al,s/d, p. 3).

Corroborando com o que foi dito, é necessário frisar que para que o processo de inclusão possa acontecer de forma eficaz, deve-se contar com a estrutura física da escola, profissionais capacitados e serviços psicopedagógicos da aplicabilidade das políticas públicas, tanto federal, estadual ou municipal. É indispensável, também, um ambiente escolar acolhedor que influencie no desenvolvimento do aluno, atendendo as suas necessidades. Pensando nisso, como preconizado por SOUZA et al(s/d, p. 10), deve-se trabalhar a diversidade com todos os alunos da escola de forma que todos respeitem as diferenças, interagindo e contribuindo para uma vida social plena.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo analisar como está acontecendo a inclusão de alunos com Deficiência nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI'S) no município de Cascavel- Pr.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de campo descritivo que tem como objetivo primordial o detalhamento das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1991), sendo

realizado em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) do Município de Cascavel- PR no ano de 2016.

A população do estudo constituiu-se de pais e equipe pedagógica de três Centros Municipais de Educação Infantil. Já a amostra foi composta por quatro pais que serão identificados como P1-P2-P3-P4. Também fizeram parte da amostra três Coordenadoras Pedagógicas dos CMEI que serão identificadas nas discussões como C1-C2-C3.

Quadro 01 - O quadro abaixo evidência os CMEI'S, bairros, número de alunos matriculados e inclusos nas instituições em questão e o tipo de deficiência.

CEMEI	BAIRRO	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS INCLUSOS	TIPO DE DEFICIÊNCIA
CMEI 1	Alto Alegre	156	02	Deficiência Auditiva e Autismo/Hiperatividade
CMEI 2	Parque São Paulo	157	01	Síndrome de Aicardi
CMEI 3	Santa Felicidade	87	01	Síndrome de Down

Fonte: as autoras

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário, em que GIL (1991) diz que, em contraste com a entrevista, o questionário tem a vantagem de poder ser aplicado coletivamente e a de tornar mais simples a análise de seus resultados. Em contrapartida, apresenta certa limitação pelo fato de que as questões são geralmente em pequeno número e apresentam nível relativamente baixo de profundidade. Para que isso ocorresse com menor frequência, abaixo de cada questão, o professor e os pais tiveram a oportunidade de explicar sua resposta por meio de comentários em algumas linhas que ficaram disponíveis.

O questionário para os pais (APENDICE 1) foi composto por sete questões, já o que foi aplicado para as coordenadoras pedagógicas (APENDICE 2) foi de nove questões, objetivas e discursivas, procurando ser o mais claro possível nos questionamentos, evitando interpretações equivocadas sobre a temática proposta.

Para que não houvesse falhas no momento da coleta de dados, foram tomados os cuidados necessários com os seguintes procedimentos: Para o início do estudo foi feito um levantamento no site da Secretária Municipal de Educação - SEMED, buscando saber quais os CMEI'S estariam contemplando a inclusão na Educação Infantil. Em seguida foi feito um contato prévio nos Centros Municipais de Educação Infantil via telefone, para agendamento do dia para nos apresentar e entregar os questionários para a Coordenação Pedagógica e os pais. Em seguida, nos dias determinados, nos dirigimos até os Centros de Educação Infantil com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1), o qual explica os reais objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, esse termo foi assinado autorizando a realização da

mesma. Os questionários foram entregues em mãos para as Coordenadoras Pedagógicas, para que respondessem e entregassem para os pais. Foi também estipulado o prazo de uma semana para o recolhimento dos mesmos. Com o recolhimento dos questionários foi realizada uma estatística simples dos dados obtidos e discutidos de forma qualitativa.

As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins científicos, sendo apresentadas em revistas e publicações científicas. Cabe ressaltar que em nenhum momento será divulgada a identidade do participante da pesquisa, estando sempre em absoluto sigilo, e que as informações da pesquisa estarão à disposição dos participantes.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Obteve-se o retorno de quatro pais de crianças com deficiência incluídas em Centros Municipais de Educação Infantil e três coordenadoras pedagógicas. O P1 corresponde aos pais de uma criança com Síndrome de Down, que estuda na turma do maternal II. P2 corresponde aos pais de uma criança com Deficiência Auditiva e estuda na turma do pré-escolar I. P3 aos pais da criança que possui Autismo e Hiperatividade, que estuda na turma do pré-escolar I. P4 corresponde a uma criança com Síndrome de Aicardi, que estuda na turma do pré-escolar I.

Quadro 02 - O quadro abaixo apresenta os dados do questionário respondido pelos responsáveis, que busca responder os objetivos desta pesquisa.

Questões	Sim	Não	Talvez
Aceitação e receptividade da criança no meio escolar.	P1-P2-P4	P3	
Contempla a necessidade da criança inclusa.	P3		P1-P2-P4
Estrutura física de acordo as necessidades da criança.	P1-P2-P3-P4		
Atendimento à criança contribui para seu desenvolvimento.	P1-P2-P3-P4		
Fácil acesso a vaga para o filho com necessidade.	P1-P2-P4	P3	
Relacionamento com as demais crianças.	P1-P2-P3-P4		

Fonte: Questionários dos responsáveis.

Analisando as respostas obtidas pelos pais, conseguimos identificar algumas situações. Na questão que trata da aceitação do seu filho e receptividade, P1, P2 e P4 responderam afirmativamente, já P3 foi negativa, pois achou que foi bem complicado o primeiro ano da criança.

Souza et al (s/d), ressalta em seu estudo a importância da inclusão para o educando, pois na sua prática diária ajuda o aluno na socialização, a ter uma melhor autoestima, além de promover a iniciativa e desenvolver sua linguagem e pensamento, preparando-o para a

sociedade, sendo um cidadão capaz de fazer as mesmas coisas, independente das diferenças. A escola que trabalha com inclusão deve ter uma pedagogia que trabalhe com as diferenças sem discriminação, atendendo as necessidades de cada aluno em seus diferentes níveis de aprendizagem. Somente assim, a escola torna-se um espaço que contribui para a formação de uma sociedade democrática, justa e solidária (SOUZA, s/d p. 02).

Foi perguntado também aos pais se a inclusão está contemplando as necessidades das crianças, P1, P2 e P4 responderam talvez, pois questionaram a falta de profissionais especializados. Já P3 respondeu afirmativamente. Conforme a constituição de 1988 em seu artigo 208, afirma-se a garantia de atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Constituição Federal, 1998 p. 70).

Com relação à estrutura física do CMEI os quatro pais responderam que está adequada para o seu filho. E também tiveram afirmativas na questão que diz respeito ao atendimento por parte dos funcionários de maneira geral, que irá de alguma maneira contribuir com o desenvolvimento das crianças.

Já na questão sobre a conquista da vaga no CMEI, se tiveram facilidades por conta da deficiência, P1, P2 e P4 responderam que sim. O P1 disse que foi por intermédio da APAE e P2 com a ajuda da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. O P3 porem ressaltou que teve certa dificuldade, e só conseguiu com a apresentação de laudo médico.

Com relação ao envolvimento das crianças com deficiências e os outros colegas do CMEI, todas as respostas foram afirmativas, pois as crianças relacionam-se muito bem com as demais.

Cada um dos pais descreveu o que sente em relação à inclusão do seu filho, P1 comenta que: "Eu achei que foi ótimo, ela está se desenvolvendo muito rápido e está interagindo muito bem com a escola "normal", pois ela procura copiar as outras crianças, coisa que na APAE não acontecia, pois as demais crianças eram mais comprometidas, estou muito feliz." O P2 disse que: "Todos cuidam muito bem do meu filho, são muito atenciosos e ele gosta muito de ir pro CMEI."

Já o P3 descreve que: "No começo foi muito humilhante e sofrido, principalmente por parte da professora, mas logo que veio uma professora auxiliar foi ficando mais fácil. Já me sinto mais segura e menos preocupada." O P4 concorda que a inclusão está dando resultado, mas ressalta: "Todos tem boa vontade e carinho em atender minha filha, o que falta são equipamentos e materiais adaptados para o melhor trabalho."

Abaixo serão relatados e discutidos os resultados obtidos pelas Coordenadoras pedagógicas que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil. Representado por C1, corresponde a uma criança com Deficiência Auditiva e estuda na turma do pré I e outra criança que possui Autismo e Hiperatividade, ele estuda na turma do pré I. C2 a uma criança com Síndrome de Down - Cromossomo 21, que estuda na turma do maternal II. C3 é de uma criança com Síndrome de Aicardi, que estuda no pré I.

Quadro 03 - O quadro abaixo apresenta os dados do questionário respondido pela equipe pedagógica, com o intuito de responder o objetivo desta pesquisa.

QUESTÕES	SIM	NÃO	TALVEZ
Experiência dos profissionais adequadas para o atendimento.		C1-C2-C3	
Preparação para atender a demanda das crianças com necessidades.		C1-C2-C3	
Pais participativos.	C1-C2-C3		
Os pais compreendem a rotina do CMEI.	C1-C2-C3		
Secretaria de Educação fornece formação aos profissionais.	C1-C2		C3
Estrutura adequada para a inclusão.	C1	C2-C3	
O aluno acompanha o processo ensino aprendizagem.		C2	C1 C3
O CMEI propõe atividades diferenciadas.	C1-C3	C2	

Fonte: Questionário Equipe Pedagógica.

Quando as coordenadoras foram questionadas se a experiência dos profissionais é adequada para atuar com crianças com necessidades especiais, todas responderam que não. E que suas equipes não estão preparadas para atender a demanda de alunos especiais. Ressaltam porem que os pais dos alunos são participativos, e compreensivos com a rotina do CMEI.

Vale lembrar que através da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, é garantido à instituição, professor especializado e o ensino na rede regular para alunos com necessidades especiais:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDB, 1996, p. 19).

Ressalta-se ainda no Plano Municipal de educação sobre os profissionais que atuam nas instituições em seu artigo 12º:

VII – assegurar que os profissionais do magistério, para atuarem em sala de recursos multifuncional e como professor de apoio pedagógico, tenham formação em educação especial para o atendimento educacional especializado, a partir da aprovação do PME _ CVEL (PME, 2015-2025 p.13).

Foi questionado também se a secretaria de educação contribui para a formação dos profissionais no que tange a inclusão, ambos responderam que sim. Pelo exposto pelas coordenadoras, C1 relata que: “Esse ano está sendo realizado um curso para todos os funcionários no que se refere à inclusão, e têm acontecido algumas orientações sobre casos específicos de crianças já inclusas.” OC2 disse: “A secretaria de Educação tem fornecido formações com o tema. No entanto, as formações são muito breves, os conteúdos não são aprofundados. Isso não faz com que os profissionais estejam aptos para trabalhar com a inclusão.” Já o C3 relata que: “Há pouca participação dos profissionais.”

Ressalta-se que conforme a deliberação de 2003, no artigo 4º expõe que é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação incumbir-se a manter:

- I. Sistema atualizado de informação e interlocução com órgãos do censo demográfico e escolar, para conhecimento das demandas e acompanhamento da oferta de atendimento em Educação Especial;
- II. Setor próprio para orientar, acompanhar, oferecer apoio técnico, pedagógico e administrativo, supervisionar e fiscalizar as instituições de ensino;
- III. Serviços de atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede pública;
- IV. Interfaces com as secretarias de saúde, trabalho, cidadania e promoção social e outras, para assegurar serviços especializados de natureza clínico-terapêutica, profissionalizante, assistencial aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino público e conveniado;
- V. Parcerias ou convênios com organizações públicas e privadas, que garantam uma rede de apoio interinstitucional, para assegurar atendimentos complementares, quando necessário;
- VI. Parcerias com instituições de ensino superior, para implantação de temas e conteúdos relacionados ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais na formação de 2 alunos de graduação e pós-graduação, realização de pesquisas e atividades de extensão, bem como programas e serviços relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando o aperfeiçoamento desse processo educativo (DELIBERAÇÃO, 2003 p. 01).

Pensando nas diversas deficiências, foi questionado se a estrutura do CMEI está adequada para atender os alunos inclusos. C1 e C3 respondem que não, C2 disse que sim.

Na questão em que perguntamos se o aluno incluso consegue acompanhar o processo de ensino aprendizagem proposto pela professora, C1 e C3 responderam que talvez, C2 disse que não. Já o C1 relata que: “Depende da necessidade. Em nosso CMEI um consegue, pois recebe suporte desde o início do ano. Porém o outro não, porque agora que começou receber

ações específicas a sua necessidade.” C2 disse: “Porque o ritmo e processos de aprendizagem diferem dos demais alunos.” E C3 respondeu: “Nem sempre, pois as vezes faltam recursos.” Questionou-se, ainda, se o CMEI em que trabalham propõe atividades diferenciadas para que seu aluno acompanhe as atividades, C1 e C3 diz que sim, C2 que não.

A partir do ano de 2015, o município propõe através do Plano Municipal de Educação no seu 1º artigo:

XI – garantir o acesso à educação infantil com oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando o atendimento às necessidades, bem como material didático e professor de apoio, a partir da aprovação do PME – CVEL (PME, 2015-2025 p.03).

C1 descreve como sente referente à inclusão de alunos com deficiência em seu CMEI: “Sinto que há ‘inclusão’ na medida do possível, que há esforço e dedicação por parte dos profissionais do CMEI mesmo faltando às vezes suporte coerente com as especificidades. Mas que é tudo muito demorado nesse contexto, desde as adequações de espaços e materiais...”

Já C2 relata que: “A equipe ainda não está preparada para esse processo. Há uma grande defasagem tanto na formação dos profissionais, como também no apoio da Secretária Municipal de Educação. O processo de inclusão é muito demorado na rede toda, o que faz com que os alunos “percam tempo e deixem de ser estimulados de acordo com as suas necessidades.”

C3 diz que: “Procuramos realizar o trabalho da melhor forma possível, porem seria necessário uma capacitação específica para cada caso. Faltam recursos físicos para melhor desenvolver o trabalho que o professor propõe”.

Pode-se afirmar que as coordenadoras e professores estão tentando da melhor maneira atender aos alunos inclusos, mesmo com um envolvimento superficial por parte da secretaria de educação, uma vez que são ofertados cursos preparatórios, mas sem muito aprofundamento na questão. A equipe está contente com a participação dos pais e familiares, pois isso é fundamental para o desenvolvimento dessa criança, sendo esse o grande objetivo da Educação Inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada em campo, para que pudéssemos fazer os levantamentos pertinentes às discussões que tangem o acesso e permanência das crianças com necessidades

especiais nos centros municipais de educação infantil da rede da cidade de Cascavel. Por meio de questionários, procuramos analisar de que forma a inclusão tem sido realizada e como as instituições, os profissionais e as famílias das crianças estão envolvendo-se nessa mesma causa. Com embasamento na legislação, procuramos entender se a inclusão está de acordo com essa faixa etária e se está tendo sua aplicabilidade.

Entendeu-se que por parte dos pais das crianças a inclusão está acontecendo, pois seus filhos têm um lugar para interagir com as outras crianças, e que o atendimento realizado com cada criança está sendo feito com qualidade. Já por parte da coordenação, concluímos que nem tudo acontece idealmente, pois relataram em algumas questões que os profissionais não estão suficientemente preparados e sentem dificuldades com a inclusão, até porque todos se preocupam com a qualidade do atendimento ofertado. Salientou-se também que algumas estruturas físicas ainda não estão adequadas inclusive com material de apoio.

Dentro das Diretrizes Nacionais para a Educação, existem políticas públicas e educacionais para que se tenha respaldo legal no processo de ensino aprendizagem, tendo assim clareza de que todas as necessidades impostas por esse aluno incluso estão dentro das reais situações de cada instituição de ensino, e que estão sendo supridas com um trabalho coerente e de qualidade.

Conclui-se que, tanto pais quanto equipe pedagógica tem buscado conceber a inclusão da maneira mais correta possível, mesmo com as dificuldades apresentadas. Percebe-se que o mais relevante já foi percebido: as crianças inclusas estão felizes e são tratadas de maneira igual em uma instituição pública de educação infantil. Essa inclusão ainda tem muito para avançar, sabe-se que serão passos lentos, mas estamos a caminho.

REFERÊNCIAS

BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. **Criança do professor de educação infantil**. São Paulo, n. 44, p 19 - 26 2007.

BRASIL, Estatuto da criança e do adolescente. 2010.

BRASIL, Senado Federal. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da educação. **Direito à Educação Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais**. Brasília, 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf/>. Acesso em: 30 de abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília-DF: MEC/CNE/CEB, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2014. Lei Nº 13.005/14**, de 25 de junho de 2014. Brasília. Edição atualizada até 19/6/2015. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf/. Acesso em: 30 de abr. 2016.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Cascavel. **Currículo para rede pública municipal de ensino de cascavel**. Volume I. Cascavel, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da união- Brasília- DF, 1996.

BRASIL/MEC. Estratégias e Orientações Pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais: Educação Infantil. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial, 1999.

CARNEIRO, RelmaUrelCarbone. **Educação inclusiva na educação infantil**. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124965/ISSN1809-0249-2012-08-12-81-95.pdf?sequence=1>>Acesso em: 10 de abr.2016.

CASCADEL, **Lei Nº 6.496 de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Cascavel/PR para a vigência 2015 – 2025. Cascavel, 2015.

GIL, Antonio Carlos, 1991. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antonio Carlos Gil**. -3.ed.-São Paulo: ATLAS 1991.

Ministério da educação. A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. **Revista Criança do professor de educação infantil**. Brasília, nº 44, Nov. 2007.

MOURA, Simone Moreira; Neto, Eloi Alexandre Pereira. Papel do Professor de Apoio Permanente para alunos com necessidades educativas especiais: reflexões sobre as políticas públicas e suas ações educativas nas salas de ensino regular. Londrina. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoespecial/opapeldeprofessorde.pdf/>> Acesso em: 10 de abr. 2016.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 02/03**. Curitiba, 2003.

SOUZA, Aline de Jesus; PASSOS, Carla Michele Batista; LISBOA, Geise dos Santos; SOUZA, Luciene Santos de; CARNEIRO, Telmária Cana Brasil. **A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do Docente em lidar com isso**.

UJIE, Nájela Tavares; ZYCH, Anizia Costa. **O paradigma da inclusão na educação infantil**: representações sociais de coordenadoras de CMEI. Passo Fundo, 2009.

Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2920_2072.pdf>Acesso em:

10 de abr.2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, 1994. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>Acesso em: 10 de abr.2016.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>Acesso em: 10 de abr.2016.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICES



**CENTRO
UNIVERSITÁRIO**

(APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO RESPONSÁVEIS)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ
ACADÊMICAS: GABRIELLI MONTEIRO DE OLIVEIRA
VANIA ROCHA CARBONE**



PEDAGOGIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

**APLICAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO COMPONENTE
DA PRODUÇÃO DE TCC ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO
RESPONSÁVEIS**

**TÍTULO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CMEI'S DA REDE MUNICIPAL
DE CASCAVEL**

Nome do participante: _____ **Idade:** _____

Escolaridade: _____

Idade do aluno: _____ **Turma:** _____

Síndrome ou deficiência: _____

1 - A aceitação do seu filho no centro municipal de educação infantil foi bem receptiva?

Sim Não Talvez

Por quê? _____

2 - A inclusão contempla as necessidades da criança?

Sim Não Talvez

Por quê? _____

3 - A estrutura física do CMEI está de acordo com a necessidade específica da sua criança?

Sim Não

Por quê? _____

4 - O atendimento por parte da equipe de funcionários do CMEI contribuiu ao desenvolvimento da criança?

Sim Não

Por quê? _____

5 - O fato de ser uma criança com necessidades especiais, você conseguiu a vaga com facilidade?

Sim Não

Como? _____

6 - Referente ao relacionamento com as outras crianças, isso ocorre bem?

Sim Não Talvez

7 – Comente como você sente a inclusão de seu filho no CMEI:

CASCADEL
2016



(APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO EQUIPE PEDAGÓGICA)

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ
ACADÊMICAS: GABRIELLI MONTEIRO DE OLIVEIRA
VANIA ROCHA CARBONE



APLICAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO COMPONENTE
DA PRODUÇÃO DE TCC ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO
EQUIPE PEDAGÓGICA

**TÍTULO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CMEI'S DA REDE MUNICIPAL
DE CASCAVEL**

Nome do participante: _____ **Idade:** _____

Função: _____

Escolaridade: _____

1 - Você considera a experiência dos profissionais adequada para atuar com crianças com necessidades especiais?

() Sim () Não () Talvez

2 - A sua equipe está preparada para a demanda de alunos especiais?

() Sim () Não () Talvez

3 - Os pais dos alunos especiais são participativos?

() Sim De que maneira? _____

() Não Por quê? _____

4 - Os pais são compreensivos com a rotina do CMEI, em que o filho (a) foi inserido?

() Sim () Não

5 - A Secretaria de Educação contribui com a formação dos profissionais no que tange à inclusão?

() Sim () Não

Como? _____

6 - A estrutura do CMEI está adequada para atender esse aluno incluso?

() Sim () Não

Por quê? _____

7 - Você acredita que o aluno incluso consegue acompanhar o processo de aprendizagem proposto pela professora?

() Sim () Não

Por quê? _____

8 - O CMEI propõe atividades diferenciadas para que ele acompanhe as atividades?

() Sim () Não

9 – Descreva como você sente a inclusão de alunos com deficiência nesse CMEI:

CASCADEL

2016

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: “Educação Inclusiva nos Cmei’s da Rede Municipal de Cascavel”, em virtude de Verificar a aplicabilidade das leis de inclusão, coordenada pelo (a) Professora: Dirleia Aparecida Sbardelloto Castelli.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador ou com a FAG.

Os objetivos desta pesquisa são: Verificar quais são as políticas públicas de inclusão presentes no Município de Cascavel para os CMEI’S, e como vem sendo aplicadas. Caso você decida aceitar o convite, será submetido (a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: Preenchimento

de um questionário com perguntas, para verificar de que modo as leis de Inclusão estão sendo aplicadas no cotidiano e analisar qual a formação que o município disponibiliza aos profissionais que atuam com esses alunos.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. (caso a algum desses itens não possa ser assegurado, tal fato deve estar claro e bem justificado). A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal. Qualquer gasto financeiro da sua parte será ressarcido pelo responsável pela pesquisa (caso não esteja previstos gastos, informar a fim de justificar que não está previsto ressarcimento). Não está previsto indenização por sua participação, mas em qualquer momento você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito á indenização.

Você receberá uma cópia do termo onde constam o telefone e o endereço dos pesquisadores principais podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

TÍTULO DA PESQUISA: Educação Inclusiva nos Cmei's da Rede Municipal de Cascavel.

COORDENADOR DO PROJETO: Dirleia Aparecida Sbardelloto Castelli.

ENDEREÇO: Rua Pioneira, 177

FONE: 9966-0062

PESQUISADORAS:

Gabrielli Monteiro de Oliveira

Fone: (44) 99844-1631

Email: gabrielli.m@hotmail.com

Vania Rocha Carbone

Fone: (45) 99916-8349

Email: vania.carbone@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados desta pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____

Cascavel, 2016

